



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Gerência de Contratação

Processo Administrativo nº : 0003885-52.2022.8.01.0000
Local : Rio Branco
Unidade : GECON
Requerente : Direção do Foro da Comarca de Capixaba
Requerido : Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Assunto : Contratação Direta - Capixaba

MANIFESTAÇÃO

Trata-se de processo administrativo que visa a contratação direta, por dispensa de licitação, da pessoa física **VANJA MARIA NEVES DA SILVA, CPF n.º 726.053.912-72**, para fornecimento de fereições pronta do tipo "Marmitex" e "Kit Lanche", para atender as demandas do Tribunal do Júri na **Comarca de Capixaba**.

É cediço que pelo ordenamento jurídico brasileiro a licitação é regra. E foi exatamente o ocorreu nestes autos.

No entanto, como verificamos no Termo de Homologação de id. 1269126, a primeira tentativa de licitação para esta comarca restou fracassada, e embora, tenha havido outra tentativa com a renovação dos documentos, não houve interessados na participação, sendo a segunda tentativa de licitação deserta, conforme documento de id. 1323061.

Denota-se que todos os esforços foram empreendidos para cumprimento da regra geral, sem, no entanto, logramos êxito.

Dessa forma, em vista do tempo decorrida da solicitação até o presente momento e em razão das tentativas fracassadas acima registradas, e ainda considerando a possibilidade iminente de prejuízo ao interesse público por falta de atendimento dos materiais necessários a atividade jurisdicional, não há outro meio, se não o da contratação direta por dispensa de licitação nos termos do art. 24, V, da Lei n, ° 8.666/93.

Feitos esclarecimentos, vejamos o que dispõe o artigo retromencionado:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A fornecedora, **VANJA MARIA NEVES DA SILVA**, foi escolhida porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista; ofertou o menor preço global dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública, conforme Mapa de Preços de Id. 1426554 e cotação realizada no município Id. 1375528 e informação Id. 1405681.

Por fim, considerando os atos empreendidos para suprir a necessidade do objeto, e atendidos os requisitos legais para contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, V, da Lei n.º 8.666/93, da pessoa física **VANJA MARIA NEVES DA SILVA**, CPF n.º **726.053.912-72**, para fornecimento de alimentação pronta do tipo "marmitex" e "Kit Lanche", na comarca de Capixaba, no valor total de **R\$ 8.250,00** (oito mil duzentos e cinquenta reais), sendo R\$ 4.250,00 para kit lanche e R\$ 4.000,00 para o marmitex, assim vislumbra-se pertinente e aplicável a consecução dos atos à referida contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Oliveira de Carvalho, Gerente**, em 27/03/2023, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1424170** e o código CRC **E0F167AD**.